

**UNIVERSIDADE DE UBERABA**

**ISADORA CAVENAGUE IGNACIO DE SOUZA**

**MARIA VALÉRIA FERREIRA ALVES**

**VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA INFANTIL INTRAFAMILIAR E OS IMPACTOS NO  
DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO INFANTIL**

**UBERABA – MG**

**2022**

**ISADORA CAVENAGUE IGNACIO DE SOUZA**

**MARIA VALÉRIA FERREIRA ALVES**

**VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA INFANTIL INTRAFAMILIAR E OS IMPACTOS NO  
DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Psicologia da  
Universidade de Uberaba como parte das  
exigências à conclusão do Bacharelado em  
Psicologia.

Orientadora: Profa. Me. Janete Tranquila  
Gracioli.

**UBERABA – MG**

**2022**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos primeiramente a Deus, que nós dá força e discernimento todos os dias para que consigamos seguir em frente e não desanimar.

Agradeço especialmente a minha família por toda dedicação e paciência contribuindo diretamente para que eu pudesse ter um caminho mais fácil e prazeroso durante esses anos. A minha mãe e avó que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

Agradeço aos professores que sempre tiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado em especial a minha professora e orientadora.

Agradeço também a minha instituição por ter me dado à chance e todas as ferramentas que permitiram chegar hoje ao final desse ciclo de maneira satisfatória, por Isadora Cavenague Ignácio de Souza.

Agradeço aos professores que partilham com a gente os seus conhecimentos, tempo e carinho, em especial a minha professora e orientadora Janete Tranquila Gracioli.

Aos meus pais que me deram todo apoio durante a minha formação, que é por eles e para eles que estou conquistando mais um sonho.

Aos meus colegas de turma e amigos que se fizeram presentes em todas as etapas, os quais pude chorar, abraçar e sorrir, por Maria Valéria Ferreira Alves.

“Só é possível ensinar uma criança a amar, amando-a.”

Johann Goethe

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1: Infância e desenvolvimento psíquico.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 2: Família e violência infantil.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 3: As consequências da violência infantil para o desenvolvimento psicossocial .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 3.1: A atuação do psicólogo e das redes de apoio nas situações de violência infantil.....</b>	<b>18</b>
<b>DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>19</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>20</b>

## RESUMO

Alves, Maria. Valéria. FERREIRA; Souza, Isadora. CAVENAGUE. Ignácio. **Violência Psicológica Infantil Intrafamiliar e os Impactos No Desenvolvimento Psíquico Infantil.** Uberaba/MG, 2022. Monografia 25. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) Universidade de Uberaba. Orientadora: Prof. Me. Janete Tranquila Gracioli.

A violência intrafamiliar, uma prática presente na nossa sociedade historicamente e em diferentes contextos sociais. É um fenômeno complexo e grave de causa multidimensional e com impactos na saúde biopsicossocial das crianças. Diante disso, este trabalho objetivou analisar as contribuições do atendimento psicossocial e, as consequências no desenvolvimento

das crianças que são vítimas de violência no ambiente familiar. Para tanto realizou uma revisão narrativa da literatura mediante pesquisas no SciELO, Pepsic e consultas site Ministério da Saúde, Unicef e no Brazilian Journals, sendo utilizado 33 artigos científicos relacionados ao tema principal. Os resultados obtidos demonstraram que a violência intrafamiliar é uma experiência traumática com várias repercussões no desenvolvimento mental da criança, e também a todos familiares que convivem de forma direta ou indireta com a prática da violência. Neste contexto é importante que a vítima receba assistência e atendimento psicológico, bem como a sua família seja encaminhada aos órgãos competentes para as devidas orientações. Por fim, é fundamental desenvolver estratégias de prevenção e combate a violência intrafamiliar, considerada como um problema de saúde e que todos estarão se responsabilizando por este fenômeno, independente do contexto social e econômico dos envolvidos.

**Palavras-chave:** Violência intrafamiliar. Infância. Desenvolvimento. Atendimento psicológica.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresentou produções científicas sobre a temática da Violência Intrafamiliar com crianças, considerado como um problema social extremamente grave, que abrange a população infantil de diferentes classes sociais, sendo necessário que seja trabalhado com diferentes ações sociais e equipes de diversas áreas profissionais.

De acordo com (REIS; PRATA *apud* ABRANCHES; ASSIS, 2011), a violência intrafamiliar deve ser reconhecida como uma questão primordial para o setor de saúde devido os impactos na saúde biopsicossocial principalmente quando ocorre na infância, prejudicando o crescimento e desenvolvimento da criança ao longo da vida.

O papel dos profissionais envolvidos, em específico o Psicólogo, deve ter vasto conhecimento frente às situações de agressões no âmbito familiar, inovando suas propostas de

análises conforme leis e políticas públicas, além de prestar o acolhimento ao sofrimento causado por atitudes de violência. A Psicologia é uma área que desenvolve as intervenções adequadas, como uma escuta empática que serve para conduzir e acompanhar as famílias, reparando as experiências dolorosas que envolve a violação e na construção de meios para fortalecer e reconstruir os vínculos afetivos (MADALUZ; JAGER; BIAZUZ *apud* SILVA; CORGOZINHO, 2011).

O Psicólogo tem a função de compreender a história apresentada pela criança e, os impactos agregados no relacionamento com seus familiares que deve ter certo apego, seguindo os processos emocionais atribuídos às mesmas. O trabalho de modo direto com as crianças que são acometidas pela violência é importante impor a proteção contínua no ambiente, onde ocorrem os ataques na qual se encontra inserido, especialmente na escola, uma vez que promove mudanças no comportamento, conforme os mesmos autores supracitados.

Dessa maneira assegurar as intervenções do profissional da Psicologia diante da agressão intrafamiliar, é fundamental e necessário, sendo e apresenta-se como pergunta norteadora deste estudo: Como promover à criança e ao adolescente conviver num ambiente pleno direito familiar e social sem violência.

Para justificar a importância do tema abordado é, significativo entender como as famílias que convivem com violência e, apontar os danos acarretados no desenvolvimento dos filhos, é preciso analisar a relação das vítimas e agressores, pois são fatores que mencionam o enfrentamento pelos profissionais da Psicologia.

Este trabalho objetivou analisar as contribuições do atendimento psicossocial e, as consequências no desenvolvimento das crianças que são vítimas de violência intrafamiliar.

O presente trabalho trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura com a pergunta norteadora: “Como a violência psicológica infantil intrafamiliar impacta no desenvolvimento psíquico infantil?” As buscas foram realizadas nas bases eletrônicas no Scientific Electronic Library Online (SciELO), bem como no portal Periódicos em Psicologia (Psic.bvsalud). As palavras-chaves da pesquisa foram: violência intrafamiliar, desenvolvimento e atendimento psicossocial.

Os critérios de inclusão usados foram publicações em periódicos científicos, em português; entre 2000 à 2022; abarcavam violência infantil e os aspectos psicológicos, cuja população infantil é o principal foco.

Este trabalho de conclusão de curso foi constituído de três capítulos, mais análise de resultados e considerações finais, apresentados a seguir:

Capítulo 1: *Infância e desenvolvimento psíquico*, apresentou a fundamental importância para detectar precocemente os possíveis riscos de desenvolvimento que podem causar distúrbios e, também, disfunções que tendem a permanecer até a vida adulta, onde possibilita o encaminhamento, se houver necessidade, com intervenções capazes de reverter ou reduzir o impacto do quadro que ocorre no começo de desenvolvimento antes que este se cristalice.

Capítulo 2: *Família e violência infantil*, descreveu a real complexidade acerca da violência familiar contra a criança e adolescentes, pelo fato de acolher na sua gênese fatores capazes de englobar a partir das características e histórias de vida visualizada pelos pais e filhos, ressaltando as maneiras de como a função da criança serve de base na constituição familiar, aliada às redes sociais impostas para a comunidade e no âmbito social, chegando às questões vinculadas à distribuição de renda e às chances de ingresso na inclusão social (BRASIL, 2005).

Capítulo 3: *As consequências da violência infantil para o desenvolvimento psicossocial*, relatou os aspectos prejudiciais que ocorrem na vida das crianças e adolescentes vítimas de violência no âmbito intrafamiliar, com intuito de o psicólogo trabalhar com o objetivo de eliminar a variedade de problemas que chegam à vida adulta e são marcados por danos emocionais, psicológicos e sociais.

Neste capítulo também trouxe *A atuação do psicólogo e das redes de apoio nas situações de violência infantil*, descreveu ainda a importância de que durante o atendimento às pessoas que estão em situações de violência pelos familiares requer diálogos, aliados às interlocuções e, também, por recursos e metodologias que sejam permanentemente repensadas de acordo com a articulação realizada em rede. Isto pode ser feito com o fim de inserir ações terapêuticas, e, também, referente aos eixos que promoverão maior controle e eficácia dos direitos humanos.

Finalizando com a *Discussão e Análise dos Resultados e Considerações Finais*: os resultados mostraram que o atendimento psicológico às crianças vítimas de agressões no meio familiar, podem propiciar um acolhimento e escuta especializada amenizando os danos causados à saúde psíquica da criança, além de por meio das técnicas terapêuticas possibilitar reestabelecer a confiança na convivência destas no ambiente familiar.

Dessa forma, é importante que esta criança perceba que a família é um local acolhedor e de proteção, e que vai cuidar e ajudar o seu crescimento e desenvolvimento humano.



## CAPÍTULO 1: INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO

O desenvolvimento psíquico na criança acontece através da organização e construção de experiências emocionais, físicas, cognitivas e, também afetivas, a partir do nascimento.

A fundamentação na qual se ajusta o desenvolvimento psíquico:

É constituído em conexão com a transformação na qual a criança faz parte no âmbito social, determinando novas maneiras de um relacionamento com as pessoas que estão no seu entorno, cuja capacidade é reorientar por meio de um novo conteúdo, formalizando os motivos destinados à construção da sua identidade, envolvendo comportamentos e, ainda, atitudes que atribui aos valores (SOUZA, 2016, p. 1).

Na etapa final da primeira infância surgem as premissas associadas do pensamento lógico, integrado na operação composto pelas palavras e, todavia, nos números.

A partir da convivência social da criança com seu entorno pode ser entendida como período particular do seu desenvolvimento psíquico, sendo que novas probabilidades são as éticas, bem como as estéticas e, ainda afetivas e intelectuais nas quais sejam organizadas na intenção de apresentar a função da linguagem, que aprova à criança construir relações

diversificadas no seu entorno social, modificando sua relação com este ambiente (SOUZA, 2016, p. 6-9).

É a partir da convivência com o adulto que surge a comunicação emocional como primeiro modo de inter-relação determinada em meio ao entorno e a criança pequena, onde impõe significados referentes aos objetos que contribui para o real desenvolvimento do psíquico. É provável que o adulto demonstre na fase infantil o mundo da linguagem vinculada na palavra transmitida. Na perspectiva de Souza (2016) ocorre a organização e estrutura da personalidade da criança, pelo fato de ser perante a linguagem capaz de ampliar a elaboração das maneiras complexas de comunicação integrada nos objetos. No entanto, a criança utiliza os objetos na primeira infância com uma finalidade específica. É indispensável notificar que quando bebê:

As manifestações visuais e ainda auditivas não estão ainda inteiramente desenvolvidas. Em síntese, a evolução dessas impressões colabora para que o desenvolvimento dos sentidos ocorra de modo significativo. Então, quanto mais preciosas às vivências da criança junto à pessoa adulta trás resultados satisfatórios, uma vez que se torna mediador dos considerados primeiros contatos sensoriais do bebê com o mundo que está no seu entorno, promovem benefícios positivo é o desenvolvimento físico e emocional nesta fase da vida (BISSOLI, 2014, p. 590-591).

A formação Psicológica principal do primeiro ano de vida refere-se à percepção, que permite a adequação sensorial do mundo no âmbito de um processo comunicativo-emocional efetuado diretamente com o adulto. Diante do desenvolvimento promove as capacidades intelectuais nas quais se integram nas práticas e, todavia, na personalidade da criança nessa fase. Este é o estabelecimento da comunicação emocional pelo bebê em relação com as pessoas que estão ao seu redor (SOUZA, 2016).

De acordo com a teoria de Masera (2022), na etapa final da primeira infância, ou seja, entre os três anos, revelam a maneira de como a criança aprende a lidar com o mundo. Assim, o bebê cria o processo de adaptação e entende o entorno do seu mundo. Dessa forma a assimilação das informações limita-se numa sequência de séries envolvendo os esquemas sensorio-motores e se acomoda fundamentado nas suas experiências, nessa fase determina o desenvolvimento das coordenações motoras, na qual a criança começa a diferenciar os objetos do próprio corpo e, ainda os pensamentos das crianças tem conexão ao concreto, ou seja, iniciam a representação das ações realizadas na brincadeira.

Nessa fase o desenvolvimento cognitivo integral está vinculado às relações nas quais funcionam as habilidades sensoriais, tanto a perceptiva, quanto à motora, bem como a linguística, além disso, conduz o intelectual e, também o psicológico. Para que ocorra o progresso destas funções, também vai depender de modo exclusivo da maturação neurocerebral

da criança. É preciso assegurar a inclusão sejam referentes aos relacionamentos e, deve ser estimulante, porém, estáveis e compostos por experiências de aquisição, pois acontecem nos três primeiros anos de vida (MASERA, 2022).

Há um período em que a criança:

Aprende a falar de si mesma na primeira pessoa. A mesma tem o desejo de crescer, falando do próprio futuro, buscando demonstrar o que queira ser quando se tornar uma pessoa adulta, realizando diversos feitos independentemente. Isso, às vezes, acarreta com os adultos conflitos com a criança, pelo fato de não ter sabedoria em mediar o que pode ou o que deve ser restrito na procura de que a criança realiza mediante sua independência (SOUZA, 2016, p. 10-11).

Com relação à autonomia da criança é preciso que as famílias realizem através de um processo gradual, como componente presente na educação a ser aperfeiçoadas nos primeiros meses de vida.

Para Friques (2018) é importante trabalhar com atividades que estimule seu filho com a meta de analisar as restrições e, também, o bônus de cada uma com eficácia nas escolhas feitas pelas crianças. Oferecer orientações é uma estratégia que não é proibido, inclusive, é totalmente, bem-vinda.

Promover e assegurar que este adquira diariamente nas situações no decorrer da tomada de decisões seja incentivado de modo desafiador, lembrando que a autonomia é transmitida todos os dias, onde conta com a supervisão dos pais ou por pessoas responsáveis pelo seu desenvolvimento, conforme o mesmo autor citado.

De acordo com Friques (2018) é possível a construção dos estímulos, frente à autonomia da criança com inserção de determinadas medidas sugeridas como deixar que os pequenos façam suas escolhas, como por exemplo, qual roupa irá usar, na maioria das vezes orientando acerca do clima e, sobretudo, da ocasião como durante um encontro de amigos, ou ao ir a um aniversário e, no entanto, ao participar do almoço de família, entre outros. Ao dar livre arbítrio para sugerir quanto alguma alternativa para a sobremesa inserindo algumas escolhas para que a criança não tenha o sentimento de estar perdida. Se por acaso a criança se sentir fracassada perante a alguma escolha, não fazer comentários quanto as críticas à mesma, embora seja importante explicar para que a criança saiba lidar com a percepção de frustração.

Sobre o desenvolvimento físico das crianças é parecido com uma sequência de eventos, fazendo com que a criança permanece com a cabeça erguida, efetuando movimentos como rastejar, bem como caminhar e, ainda correr. O Psicólogo Infantil exerce o papel capaz de analisar o pleno desempenho físico da criança e, se descobrir certa anormalidade é necessário planejar os

tratamentos e, inserir estratégias que contribuem para acompanhar nos transtornos de acordo com o nível da aprendizagem e, portanto, do comportamento. Diante dos atrasos acerca do desenvolvimento físico quanto mais cedo for descoberto há possibilidade de ser solucionados precocemente, impedindo o surgimento de futuros prejuízos (UNIVERSIA, 2020).

Ao observar o desenvolvimento infantil, os autores (ELKONIN, 2017, *apud* TOMÁS, 2021, p. 9) postulam que:

[...] existem períodos compostos pelo predomínio da área motivacional e, sobretudo, das necessidades que se mantêm alternados com prevalência nos processos apontados como intelectual-cognitivos. Deste modo, existe uma harmonia eficiente na alternância dos períodos que envolvem o desenvolvimento psíquico, que tende em ajudar nos momentos de crises e viragens, no prospecto de nortear a solucionar as questões acerca da prática pedagógica cujo foco é organizar o sistema de ensino.

No desenvolvimento da criança descrevem vários e diversificados esquemas a serem combinados, fornecendo o princípio referente às estruturas cognitivas, nas quais são traduzidas para uma forma peculiar de equilíbrio que serve para manter a interação da pessoa com o ambiente.

No contexto das transformações ao passar de um estágio a outro, não mencionam segundo a construção da estabilidade tem como saber lidar num estágio, que na realidade, para Santana, Roazi e Dias (2006, p. 73) descreveram que se refere a um sistema de transição e, entretanto, de transição contínua, promovendo a perda de previsibilidade reduzindo o valor científico da definição dos estágios, no qual seria importante esperar que as competências oriundas de somente um locus cognitivo surgissem muito mais ou menos simultaneamente no desenvolvimento da criança.

Ao explicar sobre a transformação cognitiva;

[...] é levada em consideração por ser, extremamente uma forma de representar esse enfoque, ressaltando que, para um concreto desenvolvimento cognitivo é necessário realizar um seguimento de métodos com o objetivo de solucionar os problemas, aliados a um conjunto eficaz no trabalho acerca de estruturas conceituais que compõem o real conhecimento. Mediante a experiência de obter suas metas é indispensável às crianças que buscam inovar a elaboração das estratégias ou utilizam instrumentos apropriados (TOMÁS, 2021, p. 18).

A partir daí cria-se uma nova e primordial fonte presente na Ciência Psicológica, perante atribuição das interações no espaço social, são propulsoras da concepção cognitiva. Ao constituir-se a partir da coletividade é essencial o percurso executando um caminho que passa entre o exógeno para o endógeno, com distinção das compreensões, intercedendo uma ação individual e, ainda interna, incumbindo no contexto social, facilitando ou dificultando o desempenho da criança.

De acordo com Bezerra (2009) no momento da análise das mudanças cognitivas, a definição de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) tem um papel principal, que permite tratar a relação atuando no funcionamento que aborda a função intrapsicológico e interpsicológico. Esta inquietação tende a beneficiar a identificação a distância do nível de desenvolvimento, apontando a potencialidade do grau de desempenho integral da criança, uma vez que se caracteriza no momento intermediário que tem por preceder no progresso dos sistemas Psicológicos no ser humano.

Ainda o mesmo autor pontua que na ZDP apresenta um período de transição, onde a criança possui habilidade que pode solucionar certo problema ao estar no processo de interação com outra criança, totalmente, mais evoluída ou, também com um adulto, porém não consegue resolver por si mesma sem contar com contribuição de outras pessoas.

## CAPÍTULO 2: FAMÍLIA E VIOLÊNCIA INFANTIL

A família é considerada um dos principais núcleos responsáveis por proteger a criança contra os perigos da sociedade. Quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas. Sua estrutura que se modifica segundo contextos sociais, culturais e históricos.

Contudo a família apresenta segundo Valle (2009) como um local de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, local para o exercício da cidadania, destinada ao desempenho individual e grupal de seus membros, sem depender da descrição dos arranjos ou das novas estruturas que tem sido formado. Por sua vez, a família possui uma dinâmica própria, que é afetada perante o desenvolvimento de seu ciclo vital, mediante as políticas econômicas e sociais. A família é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano, que por sua vez é um processo em constante transformação, sendo multideterminado por fatores do próprio indivíduo e por aspectos mais amplos do contexto social no qual estão inseridos.

Do início do século XX até meados dos anos 60, predominava o modelo de família denominado: “família tradicional”, no qual homens e mulheres possuíam papéis específicos, no ambiente social e culturalmente estabelecido, ou seja, havia um aparato social e cultural que estabelecia como “naturais” alguns papéis atribuídos aos homens e às mulheres Segundo esse modelo, que seguia de perto a divisão social do trabalho, o homem é o “chefe da casa”, o provedor da família, sendo responsável pelo trabalho remunerado, tendo autoridade e poder

sobre as mulheres e os filhos, apresentando seu espaço de atuação ligado ao mundo externo, ou seja, fora do ambiente familiar (AMAZONAS; DAMASCENO; TERTO; SILVA, 2003 , *apud* DESSEN; POLONIA, 2007).

Além disso, no modelo de família tanto hierárquica bem como tradicional a fez com que a afetividade familiar teve como marco um romantismo que envolvia a ideia da inserção através do amor materno como naturalidade e mostrava a união da presença do amor por meio da melhor maneira de se preocupar para o pleno desempenho das crianças pequenas (PRATA; SANTOS, 2007). Em contrapartida, as relações determinadas entre pais e filhos no âmbito do modelo de família são indicadas pelas diferenças entre as gerações, no entanto, são mencionadas em meio às noções integradas pelo respeito e associa-se a autoridade, fatores que relatam a assimetria presente na relação entre adulto e, também criança.

Neste sentido, (PRATA; SANTOS, 2007, *apud* REIS; PRATA, (2018), as famílias, no decorrer deste período eram capazes de ter controle referentes aos filhos exigindo, especificamente, naquilo acerca do respeito relacionado as normas e regras no âmbito do espaço social. Assim, as crianças tiveram a chance de usufruir de amplos lugares para participar das brincadeiras fazendo com que o universo infantil se expandia pelas ruas, seguindo nas praças e quintais, ampliando a convivência com primos e colegas, na busca de manter sob a visão atenta e com zelo das mães.).

De acordo com as autoras Nunes *et al* 2020, *apud* ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS, 2002), violência é definida como a utilização de força física ou, também de poder, resultante da ameaça ou prática, contra si mesmo, ou ainda contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que acarreta sofrimento, além da morte, acompanhado pelo dano psicológico, causando prejuízo ou privação.

Os tipos de violência são estabelecidos perante seus aspectos sendo eles: física, bem como psicológica, além da sexual e, ainda, negligência. A primeira tem como característica a utilização da força física e, também, um tipo de arma junto com um instrumento que tende em acarretar lesões internas ou externas. A segunda diz respeito à ação ou omissão que promove dano à autoestima, prejudicando a identidade ou o desenvolvimento da pessoa. Assim, a violência sexual é proveniente no momento em que a vítima é forçada a efetuar práticas sexuais com outra pessoa, através do exercício de poder, mediante a força física e, com influência psicológica com propósito de obter algo que deseja. Com relação à negligência diz respeito à omissão existente com as responsabilidades e de cuidado de alguma pessoa da família em relação a outro (CARAVANTES, 2000, p. 229). *apud* SILVA; COELHO; CAPONI, 2007;

No entanto, ao levar em consideração no século XX apontado como o século da infância, mediante o surgimento de uma ampla preocupação referente aos direitos das crianças, trouxe à tona o momento problemático da violência mencionou a culminância, no ano de 1959, na "Declaração Universal dos Direitos da Criança", aconteceu a proclamação pela Assembleia Geral das Nações Unidas (MARTINS; JORGE, 2009 *apud* NUNES, et al 2020).

### CAPÍTULO 3: AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

Segundo os autores (DIAS, 2013, *apud* ARRUDA, ZAMORA; BARKER, 2003), revelam que a violência psicológica é determinada como ação ou omissão que promove ou possa ocasionar problemas, na identidade ou no desenvolvimento da criança. Neste aspecto inclui as ameaças, seguidas por humilhações, condutas como agressões, aliadas as chantagens, e, ainda a discriminação. É a prática mais difícil de identificar, embora ocorra com frequência. Isso pode levar a criança se sentir totalmente desvalorizada, ansiosa até adoecer com mais facilidade, além disso em situações mais graves, pode levar ao suicídio.

Para (ABRANCHES; ASSIS, 2011 *apud* REIS E PRATA, 2018), explicam que a violência psicológica ocasiona ataques integrados no ego da criança, com graves danos e promove distorções inseridas no seu quadro psicológico com relação ao mundo. Em meio a repetição dos maus-tratos psicológicos no decorrer do desempenho da criança há presença de sentimento de rejeição, tais como: não se sentir amada, querida e até incluída na família. Assim, a violência psicológica é levada em consideração como aspecto essencial do abuso infantil agregado à negligência.

É provável que as crianças mencionadas como pessoas com mais propensão à violência, o que mostra as consequências provenientes da sua exposição tendem a ser na maioria das vezes, irreversíveis trazendo resultados como danos físicos e, também, psicológicos, proporcionando prejuízo, sequelas emocionais, danos tanto no seu desenvolvimento e, como também interferindo sua maturação (SANCHES; MINAYO, 2006 *apud* MASCARENHAS et al, 2010).

Ao observar os sinais físicos imediatamente no corpo da criança ajudam a identificação que estão sendo vítimas de violência. Para Maia e Barreto (2012) é possível perceber as lesões e hematomas no corpo ou numa certa região, com marcas antigas, havendo a precisão e ser

visualizados com atenção por meio do cuidado por uma pessoa adulta ou por profissionais que tenha contato e sobrevive com essas pessoas.

As principais consequências que atingem o público infantil mostram que a violência acarreta problemas psicológicos, dentre os quais são descritas por diversos pesquisadores, como, a falta de capacidade de aprender, e, todavia de construir e manter de modo significativo à relação interpessoal, seguido pela inapropriada conduta e sentimentos acerca das circunstâncias normais, com características de um humor sem felicidade e, apresenta sintomas de depressão e psicossomática, ou seja, problemas emocionais integrados a ligação diretamente da saúde emocional e, também, física com sofrimento psicológico, que de alguma forma, provoca graves danos numa doença física (REIS; PRATA, 2018).

Em contrapartida, ao comentar sobre a violência psicológica é sutil, da forma pouca perceptível, mas com intensas decorrências para a vítima, acumulando o surgimento de medos, inseguranças e crenças desviadas da realidade, determinando prejuízo no desenvolvimento social e pessoal, e, pelo fato de não deixar marcas visíveis é mais complexo de trabalhar com estratégias para combatê-las (CAPONI et al, 2007 *apud* LOPES, 2021).

A violência se manifesta com fator de ação ou exclusão, sendo exposta por alguns enfoques como permissão dos responsáveis, aliadas ao isolamento, composta por uma proteção excessiva, associada à corrupção, além de vincular-se na tortura psicológica e, sobretudo, física, na busca de melhorar a autoestima baixa, havendo ainda pouca esperança e perspectiva de transformar (NUNES *et al*, 2020, p. 793).

Segundo Melo e Batista (2022); a violência Psicológica perante a depreciação da criança e realizada por um adulto, que traz a humilhação, junto com ameaças e, no entanto, por situações que as ridicularizam, podendo causar sérios sentimento de culpa e mágoa, e, ainda ocorre à representação negativa de si mesmo, embora não são mostradas as estatísticas, mediante sua condição de invisibilidade.

Os resultados da violência produzem marcas que permanecem no decorrer da vida, então a fundamental importância da visão dos profissionais para a inclusão de ferramentas sirva para diminuir as consequências no âmbito das famílias onde devem fornecer amor, bem como carinho, assegurando e proteger com efeitos positivos na vida e, sobretudo, na personalidade da pessoa como ser humano (HABIGZANG et al., 2008, *apud* NUNES *et al*, 2020).

Segundo a Organização das Nações Unidas, praticamente em todos os anos, aproximadamente 1 bilhão de crianças no mundo são vítimas da violência doméstica e, ficam frente ao sofrimento adquirindo danos de uma vida familiar em constante turbulência. Pesquisas elaboradas pelo Relatório da Situação Mundial da Infância da UNICEF (2007), que a violência



contra crianças tende em apontar reais abusos e lesões físicas e, também psicológicas, com negligência ou ainda a um tratamento negligente, sendo que essas práticas podem ocorrer pelos pais e outros familiares bem próximos.

Entende-se como fatores de risco ao desenvolvimento infantil conforme (REIS; PRATA, 2018, p. 2);

Todas as modalidades de violência doméstica, a saber: a violência física, a negligência e a violência psicológica, sendo que a última inclui a exposição à violência conjugal e a violência sexual. As principais consequências da violência psicológica na perspectiva da literatura apontam sérios danos como: medo, além dos sintomas de ansiedade, seguidos pela depressão, e, ainda por pensamentos suicidas associados à saúde emocional, que surge a instabilidade emocional, acompanhado por problemas ao manter o controle dos impulsos e raiva, reduzindo a participação nas habilidades sociais associado no comportamento antissocial, e, todavia, os problemas de apego, pouca competência social.

Analisando as consequências esclarecidas, provavelmente, a violência, nas suas múltiplas modalidades, sempre compromete a saúde física e mental das crianças. Com base nestas afirmações o trabalho realizado com os pais, determina da melhor maneira para que saiba enfrentar e introduzir elementos para prevenir esta questão, pelo fato de ser algo urgente e preciso (BARROS; FREITAS, 2015).

As consequências que atingem a saúde da criança ou adolescente podem ser imediatas, médio e longo prazo. A imediata é mais fácil de ser identificadas porque tendem a deixar marcas visíveis na pele como luxações, fraturas e escoriações.

Na expectativa de (AZAMBUJA, 2004 *apud* REIS; PRATA, 2018), possivelmente, o trauma vivido pelas crianças em geral tende em perpetuar durante sua vida, e na maioria das vezes, excepcionalmente, em determinados casos influencia a estas praticar os mesmos abusos na fase adulta. Essas experiências sempre ficam designadas na herança genética e, também nos padrões de laços, procurando ser repassados onde entende que as marcas deixadas pela violência não atingem apenas a pessoa, e, sim seu núcleo social.

### **CAPÍTULO 3.1: A Atuação do Psicólogo e das Redes de Apoio nas Situações de Violência Infantil**

A violência, nas suas mais diversas formas de expressão, constitui-se como um dos grandes desafios para os profissionais da psicologia. No contexto familiar, as manifestações de violência contrariam o ideal de família como um espaço de amor, de acolhimento e de segurança. Ainda que a família seja considerada o principal espaço de socialização e construção

da identidade dos sujeitos, muitas vezes ela não cumpre esse papel e inclusive mostra-se como cenário das mais diferentes formas de maus-tratos.

A violência doméstica é caracterizada por atos ou omissões que violam a integridade física ou psicológica de outro membro da família e comprometem o direito ao pleno desenvolvimento. Segundo Cesca (2004), pode ser violado em qualquer espaço desde que envolva pessoas consideradas familiares, inclusive aquelas que exercem funções parentais, mesmo que não sejam parentes consanguíneos. Nesse contexto, são muitos os casos em que os profissionais de psicologia contribuem com o judiciário.

Para fazer frente às situações de risco, as políticas públicas de assistência social precisam do trabalho de profissionais de vários setores, tais como saúde, educação, assistência social e sistema de Justiça. No campo de atuação, entre outros profissionais, são necessárias a assistência social e a psicologia. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz, para o profissional de Psicologia, papéis a serem desempenhados nas políticas públicas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

O papel do psicólogo agora é atentar para a proteção holística, que deve levar em conta os sujeitos históricos, sujeitos de direitos, protagonistas da criança e do adolescente; deve trabalhar em rede interdisciplinar (Conselho Federal de Psicologia, 2003).

Nesse sentido, cabe também ao profissional de saúde a tarefa de reconhecer nos casos em que atender, se estes caracterizam situações em que a criança e ou o adolescente vítima de violência, seja física, sexual, negligência ou psicológica, são ou foram vítimas de alguma forma de agressão. Ao mesmo tempo, este profissional deve ter conhecimento para realizar intervenções adequadas frente à problemática, de forma integrada com os serviços disponíveis na comunidade, tais como os Comitês de Proteção à Criança e ao Adolescente, Conselhos Tutelares, Ministério Público, entre outros.

As estratégias prevenção são consideradas uma das formas de garantir os direitos e a proteção da saúde das vítimas e seus familiares. É por meio dele que podemos buscar orientação profissional para salvar os vínculos familiares e comunitários.

A denúncia é considerada a principal ação de proteção, o ato de se comunicar, de falar sobre a violência sofrida. Por isso, ao presenciar um ato de abuso infantil, é importante buscar ajuda de profissionais contribuindo para promover e fortalecer a resiliência da vítima e dos membros afetados, para reduzir os impactos causados, enfatizando os aspectos pessoais e sociais, que são importantes para lidar com a violência.

## DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo esclareceram os prejuízos ocasionados pelo ato da violência doméstica no desenvolvimento físico, emocional como também, no cognitivo das vítimas. É importante observar que as consequências proporcionadas pela violência intrafamiliar contra crianças tendem variar conforme a severidade e a maneira de exposição e vivência da criança nas situações de violência.

A história em geral referenciada aqui neste estudo revela um contexto familiar marcado pela violência, com agressões físicas, psicológicas e, ainda sexuais, aliadas as humilhações, com abandonos e, também seguidas por negligências afetivas. Assim estes fatores corroboram para os atos de violência na família, infelizmente cada vez mais presente na nossa sociedade.

Foi constatado também, que violência produz marcas que permanecem no decorrer da vida, então é fundamental a construção conjunta dos diferentes profissionais, de estratégias psicoeducativas e preventivas sobre a temática da violência intrafamiliar e as consequências no âmbito da saúde mental de todos os envolvidos na perspectiva de dar amor, carinho, assegurar e proteger as crianças e adolescentes, para não conviver num ambiente de local onde há agressões, insultos, comunicação violenta e que vão prejudicar seu desenvolvimento em vários aspectos.

Vale ressaltar que o atendimento psicológico às crianças que sofrem violências, faz parte dos serviços especializados em saúde pública de atenção psicossocial, com a intenção de estruturar ações e intervenções de proteção as vítimas de abuso, a fim de fortalecer a sua autoestima, restabelecer seu real direito à convivência familiar. Também pode propiciar meios para o enfrentamento de todos os familiares envolvidos, em busca de condições para uma vida com mais dignidade e superação, diante desta vivência traumática causada pela violência.

Diante disso o profissional da psicologia trabalhará na promoção da melhoria da qualidade de vida das vítimas de violência no seio familiar, eliminando quaisquer modos de violência intrafamiliar. Além de desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência intrafamiliar, considerada como um problema de saúde e de responsabilidade de todos, independente do contexto social e econômico dos envolvidos.

Diante os achados aqui apresentados, independente de qual seja o tipo de violência, em geral, todas incidem em danos biopsicossociais no desenvolvimento da criança, deixando marcas emocionais que podem perdurar ao longo de seu desenvolvimento humano. Em específico a violência intrafamiliar contra crianças, envolve a análise minuciosa do ato de violência, para que a criança tenha liberdade de expor suas angústias, medos e sentimentos, garantindo proteção e cuidados a vítima.

Desta maneira, pesquisas futuras podem contribuir para ampliar o entendimento quanto a eliminação da violência, trazendo resultados significativos no trabalho desenvolvido com os pais que são os agressores. As estratégias para o enfrentamento da violência são aquelas, que se articulam ao apoio sócio familiar, para aperfeiçoar suas potencialidades na tentativa de impor um cuidado protetor e mais saudável.

Por fim, pode-se confirmar que a prática do psicólogo com suas técnicas psicológicas e ética no atendimento das vítimas de violência, vão propiciar saúde mental e também condições para o enfrentamento desses conflitos e prejuízos psicológicos ocasionados no desenvolvimento infantil.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, C. D; ASSIS, S. G. A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(5):843-854, maio, 2011. Disponível em:<<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1253.pdf>>Acesso em: 3 mar. 2022.

ALBERTO, Maria. de. Fátima. Pereira et al. O papel do Psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 28, p. 558-573, 2008.

AMAZONAS, M. C. L. A et al. Arranjos familiares de crianças de camadas populares. **Psicologia em Estudo**, 8 (especial), 2003. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/paideia/a/dQZLxXCSTNbWg8JNGRcV9pN/?format=pdf&lang=pt>>Acesso em: 6 mar. 2022.

ARRUDA, S; ZAMORA, M. H; BARKER, G. Org. **Projeto Fortalecendo Bases de Apoio Familiares e Comunitárias para Crianças e Adolescentes**. Cuidar sem Violência, Todo Mundo Pode. Guia Prático para Famílias e Comunidades, 2003, 108 p. Disponível em:<<http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2014/05/Capacita%C3%A7%C3%A3o-de-Professores-para-Preven%C3%A7%C3%A3o-de-Viol%C3%Aancia-Intrafamiliar-Infantil.pdf>>Acesso em: 9 mar. 2022.

AZAMBUJA, M. R. F. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. Disponível em:<<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1253.pdf>>Acesso em: 11 mar. 2022.

BARROS, Amailson. Sandro de; FREITAS, Maria. de. Fátima. Quintal. de. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores**. Pensando fam. vol.19 no.2 Porto Alegre dez. 2015. Disponível em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200009)>Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar**: Orientações para prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 96 p. (Série Cader- nos de Atenção Básica; n. 8).

BRASIL.UNICEF. **Violência doméstica contra a criança**. Brasil, 2007. Disponível em:<<http://www.unicef.org/brazil//smi/cap2-dest1.htm>>Acesso em: 16 mar. 2022.

BEZERRA, Henrique. Jorge. Simões. **Zona de desenvolvimento proximal como processo de intersubjetivação**: O exemplo das comunicações abreviadas, 2009. Disponível em:<[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/8041/1/arquivo3850\\_1.pdf](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/8041/1/arquivo3850_1.pdf)>Acesso em: 19 mar. 2022.

BISSOLI, Michelle. de. Freitas. **Desenvolvimento da personalidade da criança**: O papel da Educação Infantil, 2014. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/pe/a/Q39MGD7HSyJ4XsSOdLLJg/?format=pdf&lang=pt>>Acesso em: 22 mar. 2022.

CAPONI et al. **Violência Silenciosa**: violência psicológica como condição da violência física doméstica. 2007. Disponível em:<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832007000100009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832007000100009&script=sci_abstract&tlng=pt)>Acesso em: 26 mar. 2022.

CARAVANTES, L. Violência intrafamiliar en la reforma del sector salud. In: COSTA, A.M.; MERCHÁN-HAMANN, E.; TAJER, D. (Orgs.). **Saúde, equidade e gênero**: um desafio para as políticas públicas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 18.

DIAS, D. **A violência intrafamiliar infantil e suas consequências**. Nov. 2013. Disponível em:<<https://www.comportese.com/2013/11/a-violencia-intrafamiliar-infantil-e-suasconsequencias>>Acesso em: 29 mar. 2022.

ELKONIN, D. B. Sobre o problema da periodização do desenvolvimento psíquico na infância. In: LONGAREZI, A. M; PUENTES, R. V. **Ensino desenvolvimental Antologia**. Uberlândia: EDUFU, 2017. p.159-172. Disponível em:<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/30467/23975>>Acesso em: 2 abr. 2022.

FRIQUES, Andréia. **A autonomia da criança e sua importância**, 2018. Disponível em:<<http://andreafriques.com/criancas-e-adolescentes/a-autonomia-da-crianca-e-sua-importancia/>>Acesso em: 5 abr. 2022.

HABIGZANG, L. F. et al. **Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência**. Psicologia: reflexão e crítica, v. 21, n. 2, p. 338-344. 2008. Disponível em:<<http://www.urisantiago.br/multicienciaonline/adm/upload/v3/n6/92529e621166754716b071337f1c7a5.pdf>>[https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13766/1/ARTIGO\\_Marcela.pdf](https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13766/1/ARTIGO_Marcela.pdf)>Acesso em: 8 abr. 2022.

MAIA, A. C; BARRETO, M. Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: Análise dos registros. **Psicologia em Estudo**, 2012, p. 195-204. Disponível em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200009)>Acesso em: 12 abr. 2022.

MASCARENHAS, Márcio. Dênis. Medeiros et al. Violência contra a criança: revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência, Brasil, 2006 e 2007. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 347-357. Fev. 2010. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csp/a/QttZYbzm9LNKYL7KtvrnTN/?lang=pt&format=ppdf>>Acesso em: 15 abr. 2022.

MASERA, Tatiana. Costa. **Desenvolvimento infantil de zero a três anos**. Disponível em:<<https://meuartigo.brasescola.uol.com.br/pedagogia/desenvolvimento-infantil-de-zero-tres-anos.htm>>Acesso em: 18 abr. 2022.

MELO, Marcela. Araújo. Lima; BATISTA, Francisca. Miriane. de. Araújo. **Atuação do Psicólogo nas situações de violência contra crianças e adolescentes na Atenção Básica à Saúde da cidade de Cajueiro da Praia - PIAUI**. Disponível em:<<https://ares.unasus.gov.br/a/cervo/handle/ARES/13766?mode=full>>Acesso em: 21 abr. 2022.

NUNES, Ana. Clara. Pereira, et al. **Violência infantil no Brasil e suas consequências psicológicas: uma revisão sistemática**, 2020. Disponível em:<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/18453/14870>>Acesso em: 24 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. Relatório mundial sobre saúde e violência. In E. G. Krug, L. L. Dahlberg, J. A. Mercy, A. B. Zwi, & R. Lozano (Eds.). **Abuso infantil e negligência por pais e outros cuidadores** (p. 57-81). Genebra, 2002. Disponível em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702016000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100003)>Acesso em: 28 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Cerca de 1 bilhão de crianças no mundo são vítimas da violência todos os anos**, 2020. Disponível em:<<https://news.un.org/pt/story/2020/06/1717372>>Acesso em: 2 mai. 2022.

PINTO, Larissa. Silva. **Abuso Psicológico Infantil Intrafamiliar: Estudo sobre a violência psicológica sofrida por crianças e adolescentes no ambiente familiar à luz da doutrina da proteção integral**. 2014.

PRATTA, Elisângela. Maria. Machado; SANTOS, Manoel. Antônio. dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em estudo**, v. 12, p. 247-256, 2007. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/pe/a/3sGdvzqtVmGB3nMgCQDVBgL/?lang=pt>>Acesso em: 4 mai. 2022.

REIS, Deliane. Martins; PRATA, Luana. Cristina. Gonçalves. **O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil**, 2018. Disponível em:<<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1253.pdf>>Acesso em: 7 mai. 2022.

SANCHEZ, R. N, MINAYO, M. C. S. **Violência contra crianças e adolescentes:** questão histórica, social e de saúde. In: Ministério da Saúde, organizador. *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. p. 29-38. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csp/a/QttZYbzgM9LNKYL7KtvrnTN/?lang=pt&format=pdf>>Acesso em: 18 abr. 2022.

SANTANA, Suely. de. Melo; ROAZI, Antônio, DIAS, Maria. das. Graças. B. B. **Paradigmas do desenvolvimento cognitivo:** uma breve retrospectiva. *Estudos de Psicologia* 2006, 11(1), 71-78 Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/epsic/a/BZ3L3cthHHxht7VPt3ccPLJ/?format=pdf&lang=pt>>Acesso em: 9 mai. 2022.

SILVA, J. V. da; CORGOZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 12-21. 2011. Disponível em:<<http://www.urisantiago.br/multicienciaonline/adm/upload/v3/n6/92529e62116675a4716b071337f1c7a5.pdf8>>Acesso em: 12 mai. 2022.

SOUZA, Maria. Cecília. Braz. Ribeiro. de. **Psiquismo Infantil e Regularidades na Primeira Infância**, 2016. Disponível em:<[http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo15\\_MARIA-CECILIA-BRAZ-RIBEIRO-DE-SOUZA.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo15_MARIA-CECILIA-BRAZ-RIBEIRO-DE-SOUZA.pdf)>Acesso em: 15 mai. 2022.

TOMÁS, Débora. Nogueira. **Avaliação psicoeducacional na educação infantil:** contribuições da psicologia histórico-cultural, 2021. Disponível em:<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/30467>>Acesso em: 18 mai. 2022.

UNIVERSIA. **A importância da Psicologia Infantil no desenvolvimento da criança**, 2020. Disponível em:<<https://www.universia.net/pt/actualidad/orientacion-academica/importancia-da-psicologia-infantil-desenvolvimento-da-crianca-1168037.html>>Acesso em: 21 mai. 2022.

VALLE, T. G. M. **Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 121-122.